Koster e a Escravidão Negra na América

JOÃO ALFREDO DOS ANJOS*

RESUMO: O artigo analisa o estudo de Henry Koster "On the amelioration of Slavery" no qual este autor compara regimes escravistas no Brasil e nas Índias Ocidentais.

ABSTRACT: This article analyses the study of Henry Koster "On the amelioration of Slavery" in which this author compares slavery in Brazil and in the West Indies.

Henrique da Costa, como passou a ser chamado o filho do comerciante inglês John Theodore Koster(1), veio ao Brasil no início do século XIX em busca do clima mais ameno, que lhe ajudasse a se recuperar de enfermidade, possivelmente tuberculose(2), e findou por se estabelecer definitivamente em Pernambuco, após longa viagem pelo sertão nordestino até o Maranhão e dois retornos à Inglaterra. Suas dimensões e experiências, ele as registrou no hoje já clássico **Travels in Brazil** que começou a ser escrito no segundo semestre de 1815 na Inglaterra, onde Koster pode fazer uso da extensa biblioteca de Robert Southey, em Keswich. Este relato da experiência brasileira de Koster, na que podemos chamar de primeira fase de sua residência no Brasil, de 1809 e 1815, obteve grande repercussão na crítica inglesa já no ano do seu lançamento, 1816, além da quase imediata publicação de uma edição francesa e uma americana de Filadélfia(3). James Henderson, que viria a conhecê-lo pessoalmente em Goiana, William Hadfield e sir Richard Francis Burton, para citar alguns ingleses, tomam-no como referência em seus próprios relatos e crônicas publicados posteriormente. Louis-François de Tollenare, como bem demonstrou o professor Léon Bourdon, utilizou largamente

* Mestrando PPG-História-UFPE

Travels in Brazil nas suas **Notes Dominicales**, inclusive para a descrição de partes do Nordeste onde nunca esteve (4).

As viagens ao Nordeste do Brasil (5), no título que recebeu de Luís da Câmara Cascudo, passou a ser referência quase obrigatória em quantos estudos se fizessem sobre o Brasil da época, sendo extensivamente citado em trabalhos tão diversos como são **Casa Grande & Senzala** (1933) e **O Escravismo Colonial** (1978). E não só no Brasil. **The Problem of Slavery in Western Culture** (1969) de David Brion Davis, no capítulo intitulado *British America and Latin America*, aponta os viajantes e suas crônicas como a fonte de onde partem historiadores contemporâneos para concluir pela superioridade do tratamento dispensado aos escravos no Brasil se comparados aos das colônias inglesas nas Antilhas ou aos do Sul dos Estados Unidos. Diz, textualmente: "No final do século XVIII a maioria dos viajantes concordava em que o Brasil e as colônias espanholas ofereciam condições de vida consideravelmente melhores aos seus escravos do que a América Inglesa". A única fonte da época apresentada por David Brion Davis a esta afirmação - se pudermos considerar 1809/1815 como final do século XVIII - é a **Travels in Brazil**, que ele consultou na edição de Filadélfia. E diz mais: "Deve-se confessar que neste ponto crucial os historiadores foram rápidos demais em acreditar no que viajantes recolheram de conversas com proprietários de escravos e em fazer generalizações inflamadas tendo como base apenas um lado da questão". Será que o autor de **Travels in Brazil** baseou-se apenas em conversas com proprietários de escravos?

A antropóloga e historiadora Manuela Carneiro da Cunha, em decorrência de suas pesquisas em fontes inglesas, descobriu artigo de Koster intitulado *On the amelioration of Slavery*, publicado originalmente no periódico londrino **The Pamphleteer**, e agora no periódico **Abolition and Slavery** (6), com reprodução do texto do artigo escrito pelo autor de **Travels**

in **Brazil** no mesmo ano do lançamento de sua obra maior, em 1816. Traz também esta edição recente um estudo introdutório detalhado e elucidativo da professora Manuela Carneiro da Cunha sobre Koster e este seu artigo, inserido como estava nas lutas abolicionistas inglesas do período.

É inegável a influência que a obra de Koster teve sobre seus contemporâneos e tem ainda hoje sobre quem quer que se debruce sobre a vida social brasileira do início do século XIX ou em estudos comparativos sobre o regime de trabalho escravo na América. Pode-se dizer que foi ele um dos primeiros a se dedicar de modo sistemático ao estudo comparativo dos regimes escravos no Brasil e nas Índias Ocidentais, tendo como objetivo político a abolição da escravidão através de um gradual melhoramento das condições de vida dos escravos. Em **Travels in Brazil**, nos três capítulos que tratam, pela ordem, da população livre, da escravidão e da impolítica (como traduziu Cascudo) do tráfico negreiro, esboça-se uma sistematização destes temas para a sociedade brasileira de então e uma comparação com o que se encontrava nas Índias Ocidentais, com base em livros como **History of West Indies**, de Brian Edwards; **A True and Exact History of the Island of Barbados**, de Richard Ligon; **Histoire des Antilles**, de Du Tertre e relatos como o de Humbolt. O próprio Koster passaria pelas ilhas britânicas do Caribe em sua viagem à Inglaterra em 1815. Fontes essas, incluindo a leitura do **Investigador Português** e do **Correio Brasiliense**, de que também se valeu para a redação do artigo publicado naquele mesmo ano de 1816 no periódico **The Pamphleteer** com o título *Da Melhoria das Condições de Vida dos Escravos*, agora já traduzido. Neste trabalho Koster procura demonstrar à opinião pública inglesa a qualidade superior do tratamento dado aos escravos no Brasil e suas vantagens econômicas e administrativas. Se não se pode dizer que ele realizou um estudo comparativo *stricto sensu*, já que se trata de um artigo com fins políticos, pode-se afirmar contudo que para comprovar sua tese o

autor valeu-se da comparação de duas situações de regime de trabalho escravo conhecidas por ele - sendo que no Brasil o próprio Koster chegou a possuir engenho e escravos - e sustentada em extensa bibliografia de época. Deve-se notar, ainda, que há perfeita coerência de idéias entre o artigo do Pamphleteer e seu relato de viagem.

Para a professora Manuela Carneiro da Cunha, Koster teria sido cuidadosamente imparcial em seu relato de viagem para poder utilizá-lo como argumento na luta pela abolição. E neste ponto abro um parênteses para citar um trecho, por mim vertido ao português, do estudo em referência: "(...) Koster foi cuidadoso ao apresentar o seu livro sem vínculos com a luta na qual, naquele tempo, estava profundamente envolvido, possivelmente com o fim de utilizá-lo como fonte independente. O artigo pode assim apresentar Koster como o conhecido autor do livro, baseando-se em sua autoridade originada, como ele mesmo dizia, não de considerações teóricas, mas de sua própria experiência" (p. 369). Porém, até aqui, os estudos que se tem realizado sobre o Nordeste no início do Século XIX vêm de encontro às descrições encontradas no relato deste inglês-brasileiro. Glacyra Lazzari Leite, em trabalho de 1988 sobre o movimento de 1817, em Pernambuco, utiliza largamente os dados apresentados por Koster: "Caetano Pinto, com base em mapas de 1809, escreveu para a Corte em 1817 atribuindo 25.350 habitantes para o Recife e entre 27.000 e 28.000 para Olinda. Esses dados coincidem com os fornecidos por Koster, podendo-se mesmo presumir que o viajante inglês tenha tomado como base o mesmo mapa referido pelo Governador" (p. 43). E mais à frente: "Tanto Koster como Tollenare chamam a atenção para essa preponderância de elementos livres despossuídos. [...] Segundo Koster, não havia propriedade sem uma certa porção de terras ocupadas por famílias livres" (p. 94 e 95). Tais afirmativas encontram respaldo, em estudos demográficos realizados pela professora Maria Luíza

Marcílio, que comprovam a relação aproximada, em 1819, de 2 homens livres para 1 escravo em Pernambuco.

O artigo de Koster, recentemente descoberto pela professora Manuela Carneiro da Cunha, defende três pontos: 1. que o escravo deveria ser ligado ao solo, como um servo; 2. que deveria ter o direito de propriedade assegurado por lei e de fato; 3. que deveria ter mais dias de folga do que até então. Através de medidas como estas, gradualmente se chegaria ao objetivo principal: a abolição completa da escravidão.

Ao estudo comparativo da escravidão na América importam, contudo, outros três aspectos abordados por Koster: 1. o que seria considerado bom tratamento do senhor em relação ao escravo, que significava, nesta descrição, o regime de trabalho no campo geralmente exigido pelo senhor; 2. a superioridade do catolicismo como religião que realizou a integração social e cultural dos contingentes negros; 3. a população de cor livre, seu espaço social, sua função econômica.

No que se refere ao regime de trabalho e ao tratamento dado pelo senhor ao escravo, diz o inglês textualmente: "o escravo é enviado ao trabalho ao nascer do sol (às seis horas), trabalha até às oito, tendo meia hora para o café; o trabalho é recomeçado e vai até às doze, quando é hora do almoço; às duas é retomado e continua até o seu final às cinco e meia ou seis horas. Algumas vezes há trabalho na casa por uma ou duas horas no começo da noite. Em tempo de colheita (de quatro a seis meses no ano) o trabalho é conduzido como a bordo de um navio no mar, turno após turno, a troca de cada grupo sendo feita a cada seis horas. A este trabalho deve ser adicionado um certo número médio de vergastadas que o escravo deve receber do feitor que está nos seus calcanhares no campo [...]"

"Como retorno do trabalho e das punições ocasionais, o escravo recebe duas camisas e duas calças no curso de um ano e freqüentemente dois chapéus de palha, uma esteira para dormir e

um pedaço de baeta com o qual possa se cobrir à noite, estes últimos são, ou deveriam ser, renovados quando gastos. O escravo tem seu mocambo e deve fazê-lo por conta própria. Sua alimentação consiste em carne salgada ou peixe salgado e farinha de mandioca. A lei lhe permite ter os domingos e feriados livres."

E acrescenta: "Não posso evitar pensar e ousar afirmar que ninguém negará que o escravo das plantações de açúcar britânicas não está em melhor situação que o seu equivalente no Brasil; e decididamente, em certo aspecto, o primeiro está em circunstâncias desvantajosas em relação ao último: ele não tem tantas folgas. O estado de um homem que é colocado em uma plantação para trabalhar para outro homem, mesmo sendo tratado da maneira 'favorável' a que me referi, é extremamente miserável."

Sobre a vida do escravo em propriedades estáveis: "Testemunhei a grande diferença entre a situação dos escravos que pertencem a conventos e famílias há muito estabelecidas e a situação daqueles que pertencem a homens há pouco assentados em plantações por períodos certos ou que tenham os negócios em desordem. Com relação aos primeiros a remoção (ou venda do escravo) é de todo improvável, pois as comunidades religiosas e as famílias ricas nunca irão, devido ao orgulho, vender nenhum de seus escravos. Nas propriedades de tais senhores as habitações dos escravos são limpas e têm dentro e à sua volta todos os confortos que eles e o clima requerem. Os habitantes estão tolerantemente vestidos e não há nenhum sinal visível de miséria. Porcos e aves, banana e tabaco são vistos na vizinhança das habitações. Os pequenos pedaços de terra cultivados estão em boa ordem e em tudo há um ar de estabilidade. É em tais propriedades que se percebe certa amizade e fidelidade em relação ao proprietário, particularmente entre os negros crioulos que foram ali criados; sendo a eles, em alguns casos, permitido

tomar para si um dos nomes do senhor, e um leve sentimento de parentesco é plenamente perceptível".

As vantagens do escravo em propriedades estáveis, como as dos Beneditinos, encontram, em linhas gerais, suporte em **Sugar Plantations in the formation of Brazilian Society**, de Stuart Schwartz (8), estudo considerado quase unanimemente como o melhor realizado até aqui sobre a formação da sociedade açucareira no Nordeste do Brasil.

A substancial diferença estaria para Koster, portanto, no campo religioso. Os países católicos, conquanto tivessem seus escravos batizados, muitas vezes ainda na Costa D'África, sem compreenderem o significado das rezas e cerimônias, teriam conseguido uma grande vitória política na forma de integração social e cultural que desenvolveram. "O escravo brasileiro tem o divertimento das festas e de sua mente saem os pensamentos desagradáveis, substituídos pela preocupação com a decoração de sua capela, pela prestação do devido respeito à Virgem ou ao santo de quem é devoto."

Eugene Genovese - que afirma repetidas vezes que o sistema escravocrata no Sul dos Estados Unidos teria sido superior ao de outras partes da América pelo fato de ter a comunidade negra crescido dos 400.000 africanos para 4.000.000 de afro-americanos em 1860 - até mesmo ele, reconhece que "todas as evidências acumuladas até hoje da existência de racismo no Brasil, não podem explicar o abismo que separa o Brasil dos Estados Unidos na quantidade de casamentos interraciais, no acesso de negros a posições de respeito e poder e na sua integração em uma única nacionalidade. O catolicismo não pode ser responsabilizado por toda a diferença, mas desde o início desempenhou importante papel por sua força e impacto na sociedade (brasileira) como um todo". Ao contrário do sistema de duas castas do **Old South** estudado por Genovese, o Brasil teria

experimentado um sistema onde a liberdade seria facilmente alcançada e mesmo aceita pela sociedade." (9)

Ao catolicismo no Brasil coube assim papel de destacada importância, tendo sido, ao lado da miscigenação, fator primordial de integração dos escravos à sociedade patriarcal de origem européia. Pela sua tolerância, deu aos "negros a oportunidade de conservarem, à sombra dos costumes europeus e dos ritos e doutrinas católicas, formas e acessórios da cultura e da mítica africana" nas palavras de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*. (10)

Ao governo metropolitano, através de seus representantes, coube também o mérito da contemporização quanto às divergências surgidas entre os colonos quanto aos costumes e religiões pagãs. Dois governadores sucessivos em Pernambuco na segunda metade do século XVIII defenderam o direito dos escravos a dançarem e batucarem em dias de festas. José César de Menezes e D. Tomás José de Mello. Nas palavras do último, não deveriam ser os negros "privados de semelhante função porque para eles é o maior gosto que podem ter em todos os dias de sua escravidão". O próprio clero absorveu homens que dificilmente se poderiam considerar brancos, desempenhando funções de destaque, como é o caso do capelão do governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro, citado por Koster em seu artigo como inequivocamente de ascendência negra. Aliás, quando expulso de Pernambuco em 1817, Caetano Pinto teve a companhia de seu capelão a bordo da nau que o levou ao Rio de Janeiro. (11)

Os engenhos do Nordeste não estariam, como as ilhas inglesas no Caribe, desprovidos de orientação religiosa: "Cada propriedade no Brasil tem sua capela e nela é dita missa todo domingo e feriado se para tanto puder ser encontrado um padre; e raramente há dificuldade em se conseguir um. O padre que oficia a missa é pago pelo senhor e freqüentemente reside em terras do

engenho, tendo escravos seus e cultivando uma porção de terra. A possibilidade de encontrar emprego é causa do numeroso clero, conquanto a extensão do país e a separação dos diversos povoadamentos requeira que assim seja. " Este pagamento ao capelão feito pelo senhor, a que se refere Koster, é referido por sua vez por D. Domingos do Loreto Couto, nos seus **Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco**, escrito aproximadamente 60 anos antes, como sendo de 60 arrobas de açúcar branco, além de outras conveniências. (12)

O terceiro e último ponto de interesse, a função social e as características da população livre não senhorial, é aspecto que vem estimulando uma reavaliação historiográfica no país. Textos consagrados ao assunto, como o de Maria Sylvia de Carvalho Franco para São Paulo na segunda metade do século XIX, e capítulos importantes em obras como **Sugar Plantations** de Stuart Schwartz e **O Escravismo Colonial** de Jacob Gorender, têm demonstrado a significação da matéria no contexto do modo de produção escravista ou da sociedade monocultora e patriarcal que se desenvolveu no Brasil. O estudo da inserção colonial desses homens livres é vital, principalmente na sociedade açucareira, onde o processo semi-industrial requerido para a fabricação do açúcar exigia mãos especializadas.

Segundo Gorender: "Em virtude da natureza técnica do processo produtivo, a plantagem requeria a intervenção de pequeno número de trabalhadores qualificados. De início, estes não podiam ser índios ou africanos, aos quais se reservava o trabalho braçal carente apenas de rudimentar adestramento. Os trabalhadores qualificados requeridos pelo fabrico do açúcar e os artífices especializados teriam de ser homens livres trazidos da Europa e pagos a salário." Diz Evaldo Cabral de Mello, em conferência pronunciada na Fundação Joaquim Nabuco e posteriormente publicada em **Novos Estudos/CEBRAP**, de julho de 1992, com o título *Como manipular a inquisição para mudar*

de senhor: "as primeiras gerações de africanos no Brasil não eram trabalhadores do eito, onde os indígenas dominavam, mas sobretudo artífices treinados nas técnicas de fabricação de açúcar". É o caso do escravo José, preso em 1595 e cujo processo inquisitorial foi estudado por Evaldo Cabral de Mello. Era português (Portugal começou a importar negros em 1441) e exercia o ofício de ferreiro ou caldeireiro, função por demais necessária nos engenhos de açúcar. E Stuart Schwartz no trabalho já citado explica: "[...] *the portuguese in Brazil, long familiar with the use of blacks as servants, urban artisans, and skilled slaves in Portugal and the Atlantic Islands, began to look toward Africa as a logical source for those skills*"(p. 66). Havia, contudo, contingente de trabalhadores livres, sejam brancos ou pretos, que laboravam muitas vezes lado a lado com o escravo no eito. Gorender reconhece, por outro lado, neste trabalho de tipo resultado de um modo de produção pré-capitalista, um caráter subsidiário ao escravista por ele detalhadamente estudado e que foi certamente preponderante. Mas, se o trabalho livre assalariado existia e desempenhava uma função econômica relevante, poder-se-ia dizer que ele era, além de subsidiário, necessário. A estes acrescentem-se aqueles que viviam em terras anexas às de grande plantação ou devolutas, que afinal terra era o que não faltava nos primeiros anos, vivendo de agricultura de subsistência e pequena pecuária, prestando serviços eventuais aos senhores de engenho. Aqueles que, nas palavras de Joaquim Nabuco em 1883, não eram escravos, nem tampouco cidadãos. Ou na visão mais radical de Gilberto Freyre: "Párias inúteis vivendo em choças de palha, dormindo em rede ou estrado, a vasilha de água e a panela seus únicos utensílios, sua alimentação a farinha com bacalhau ou charque". Seriam eles, no cálculo do francês Couty, a metade dos doze milhões de habitantes do Império na segunda metade do Século XIX. (13)

Koster se refere, em seu artigo, a essa população livre e mestiça vivendo no campo: "Com relação à agricultura tenho a

dizer apenas que o estoque principal de farinha, feijão e milho, com o qual as cidades são abastecidas, é cultivado por pessoas de cor e livres estabelecidas por todo o país, onde quer que o acaso ou a inclinação os tenha fixado."

"Residem em mucambos construídos com o barro, que são de melhor ou pior aparência dependendo da indústria e capacidade de seus donos e a estes mucambos está ligado um pedaço de terra para trabalho de um ou dois homens. As terras pertencem geralmente a grandes proprietários e são alugadas às classes baixas por uma quantia reduzida".

E no Recife, Koster os viu nos regimentos de milícia e mesmo nas igrejas como padres ou capelães, não sendo usado o argumento por parte dos senhores e comerciantes brasileiros da falta de segurança que poderia advir de tropas de mestiços e negros armados.

Quanto à alimentação dos escravos e homens livres aponta Koster, principalmente no *Travels in Brazil*, características pouco apreendidas pela historiografia nacional: 1. que além da farinha e carne salgada, a dieta dos escravos compunha-se de milho, que era plantado com a mandioca e comido no desjejum em forma de angu, do feijão, este mais para os homens livres na Mata e também para os negros no Agreste, da 'banana curta', que era comida com farinha seca pela manhã, além da batata doce, já bastante difundida no litoral; 2. se nas propriedades rurais a dieta vegetal era pobre, o mercado do Recife seria, porém, bem suprido de verduras e raízes, além de contarem os jardins de residência nos subúrbios com as mais variadas frutas desde a manga, a jaca e a laranja, até o figo e a uva, da qual, entretanto não se usava fazer o vinho.

Vê-se, assim, o quanto é importante a releitura de Koster à luz de novos dados e estudos que se tem feitos sobre variados aspectos dos últimos anos do Brasil colônia. A professora Maria do Socorro Ferraz Barbosa, da Universidade Federal de

Pernambuco, por exemplo, tem chegado após minuciosa releitura de **Travels in Brazil** à conclusão de que o autor não seria apenas mais um viajante inglês no Nordeste do Brasil, mas sim um agente extremamente inteligente da burguesia britânica. Quanto a esse ponto, o que se pode afirmar, sem dúvida, é que os textos de Henry Koster informaram minuciosamente toda uma geração de europeus e americanos do norte através de suas várias edições, tendo se transformado em fonte fundamental para o conhecimento do Nordeste brasileiro.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. John Theodore Koster é provavelmente o mesmo que consta do International Genealogical Index (1988 Edition) como tendo sido batizado a 13 de Dezembro de 1750 em Saint Peter, Leeds, England e cujo pai teria sido um simples "Koster". Em 1782 vendia "fazendas" a comerciantes de Goiana, como consta de requerimento do ano de 1787 enviado à Rainha D. Maria I de Portugal reclamando o pagamento da dívida contraída por seus súditos e em atraso sem motivo justificável, como consta do maço 30 dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino depositado na Divisão de Pesquisa Histórica do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Correspondeu-se com Robert Southey, assim como seu filho Henry, tendo sido publicada a correspondência de ambos por Joaquim de Sousa Leão Filho, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 178, 1943. Veja também o catálogo à exposição Viajantes Ingleses no Nordeste do Brasil no século XIX (Recife, 1991) à disposição dos interessados no Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco.

2. A suposição sobre a tuberculose é de F. A. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. 7, p. 291, Recife, FUNDARPE, 1983.

3. A data de nascimento de Henry Koster, que não parece certa a Manuela Carneiro da Cunha na primeira nota à introdução que fez ao texto do artigo analisado (On the amelioration of Slavery

9. GENOVESE, Eugene. Roll, Jordan, Roll - The world the slaves made. New-York: Vintage Books, 1976, passim e p. 179.
10. FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Brasília: UNB, 1963, p. 396.
11. FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 391; MELLO, José Antônio Gonsalves de. Um governador colonial e as seitas africanas. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. XLII, 170-171, 1948-1949; e o Diário de Pernambuco - população negra e cultos africanos. Arrecifes, n. 6, Jul./Dez. 1992.
12. COUTO, Domingos do Loreto (D.) . Desagravos no Brasil e Glórias de Pernambuco. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 176.
13. Apud FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. Brasília: UNB, 1963, p. 99.